

AS CONTRADIÇÕES E INTERAÇÕES ENTRE URBANO-RURAL E  
A RESISTÊNCIA NA LUTA PELA TERRA: UMA ABORDAGEM A  
PARTIR DO (PRÉ)ASSENTAMENTO MARAPICU–RJ.\*

Victor Tinoco<sup>1</sup>  
Graduando em Geografia  
Bolsista do grupo PETGeoPUC-Rio  
Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro.  
[Victortinoco85@gmail.com](mailto:Victortinoco85@gmail.com)

Resumo:

Este artigo desenvolve-se a partir da pesquisa elaborada sobre a temática dos assentamentos rurais na Região Metropolitana, no caso a do Rio de Janeiro. No entanto, temos como ponto de partida as relações entre urbano e rural e as estratégias de resistências dos movimentos sociais rurais na luta pela terra, dentro do contexto socioespacial da periferia metropolitana, marcado pela pobreza, segregação e luta não somente pelo acesso à terra, mas pelo acesso ao(s) direito(s) à cidade, tendo como objeto de análise o (Pré)Assentamento Marapicu, localizado na Baixada Fluminense, na cidade de Nova Iguaçu-RJ.

Palavras-chave: Assentamento, Urbano-Rural, Luta e Resistência, Reforma Agrária, Baixada Fluminense.

THE CONTRADICTIONS AND THE INTERACTIONS BETWEEN URBAN-RURAL AND THE  
STRUGGLE FOR THE LAND RESISTANCE: AN APPROACH FROM THE (PRE) SETTLEMENTS  
IN MARAPICU-RJ

Abstract:

This article was developed from the research conducted on the subject of rural settlements in the metropolitan area, which is, in this case, Rio de Janeiro city. However, as a starting point, there are the following topics to be considered: the relationship between urban and rural strategies of resistance of social movements

---

<sup>1</sup> Orientador: Professor Dr. João Rua

\*Versão revisada e modificada do trabalho apresentado no IV Encontro Nacional dos PETS Geografia, realizado na Universidade Federal do Mato Grosso do Sul, campus Três Lagoas, em outubro de 2009.

in the struggle for land, within the context of socio-metropolitan periphery, marked by poverty, segregation and fight not only for access to land, but by access to the city's right. Marapicu (pre) settlement is located in Baixada Fluminense, Nova Iguaçu-RJ city.

Keywords: Settlement, Urban-Rural, Struggle and Resistance, Land Reform, Baixada Fluminense.

## Introdução

As relações entre urbano-rural e cidade-campo caracterizam-se como assimétricas, desiguais e contraditórias, sendo o urbano constituído como hegemônico (político, econômico, cultural e simbólico) frente ao rural, para o qual se vende, ao mesmo tempo, a idéia de atrasado e arcaico, ao mesmo tempo em que se (re)valoriza o rural e a natureza. Desenvolve-se, também, um jogo contraditório de relações de poder e de re-criação da tradição.

No entanto, as interações entre essas duas dimensões do espaço demonstram que o urbano encontra-se presente no rural, mas sem que cada um perca suas particularidades e singularidades, ou como afirma Rua (2006, p.90) “o urbano e rural se mesclam definindo cada particularidade e singularidade que marcam cada local”, partindo da percepção de uma urbanização ideológica (uma urbanização de caráter não somente material, mas imaterial) difusa e concentradora, cuja “vida urbana penetra na vida camponesa despojando-a de elementos tradicionais.” (LEFEBVRE, 2001, p.69)

Por outro lado, inserir as lutas dos movimentos sociais rurais nas interações dialéticas entre urbano e rural nos leva a refletir sobre diferentes formas que os movimentos sociais vêm buscando como estratégias para resistir e dar continuidade à luta pela terra dentro desta configuração urbano-rural dominante.

Com isso, a cidade torna-se palco das lutas do campo, pois é a partir dela que são construídas as reivindicações e articulações dos movimentos sociais rurais, evidenciando ainda mais as contradições e interações entre cidade-campo e urbano-rural, a partir das próprias estratégias de luta e resistência dos movimentos sociais. Deste modo, Oliveira (2004, p.70) nos explicita que:

A cidade, hoje, revela essas contradições, ela é palco e lugar destas lutas rurais/urbanos e/ou urbanas/rurais. O que significa dizer que a compreensão dos processos que atuam na construção/expansão de grande parte das cidades passa pela igualmente necessária compreensão dos processos que atuam no campo.

Esses movimentos ratificam suas “ruralidades” e vivenciam uma sociedade urbana, reinventando a partir da resistência e da luta outras formas de representações do rural, nas quais a luta não se limita somente pela terra, mas à luta pelo(s) direito(s) à cidade, continuamente criando e recriando seus territórios, nas diferentes configurações socioespaciais, como produto contraditório do desenvolvimento do modo de produção capitalista no campo e na cidade, de forma que é sob “essa nova hegemonia da cidade que se estabelecem as relações entre urbano e rural, o rural aparece como uma questão da cidade.” (MOREIRA, 2007, p.273).

Tais projeções são apresentadas dentro do contexto da realidade brasileira, que é, cada vez mais, contraditória e desigual, posto que vivencia um intenso processo de crescimento urbano e metropolitano combinado com o desenvolvimento da modernização conservadora no campo, que amplia a concentração fundiária e principalmente intensifica as políticas agrícolas voltadas para o agronegócio, sendo este um dos principais contribuintes para o PIB nacional. Por outro lado, a política de assentamentos rurais caracteriza-se como ação compensatória, promovendo Reforma(s) Agrária(s) pontual(is), não desenvolvendo uma política de reforma da estrutura fundiária e agrícola do campo brasileiro.

Essas contradições podem ser analisadas através da própria divisão do Governo em ministérios distintos, um para o Desenvolvimento Agrário (responsável pelas ações voltadas para o apoio à agricultura familiar e aos assentamentos de Reforma Agrária), um para a Agricultura, voltado para o agronegócio, sem deixar de observar que o rural é percebido como “agrícola”. Contudo, os movimentos sociais vêm buscando diferentes estratégias na luta pela terra e pela Reforma Agrária, tendo como principal e maior ator desta luta o

Movimento dos Trabalhadores Sem-Terra (MST) e outros movimentos sociais rurais que através das ocupações e acampamentos e assentamentos, constroem territórios de luta e resistência pela terra e pela Reforma Agrária no Brasil.

Não podemos deixar de lembrar que a proximidade/interação e as problemáticas sociais da dialética entre urbano/rural têm integrado as lutas dos movimentos sociais dessas duas dimensões espaciais, levando-os a se unirem, camponeses e operários, por apoio em lutas comuns, na tentativa de transformações profundas da sociedade. No entanto, os movimentos continuam resistindo e lutando contra a pobreza, a segregação e a exploração dos trabalhadores.

O objetivo, portanto, deste trabalho é analisar as interações e contradições entre urbano e rural nas estratégias de luta pela terra, compreendendo o espaço como instrumento político fundamental dentro das diferentes configurações em que se territorializam os diversos movimentos sociais rurais.

O objeto deste trabalho é o (Pré)Assentamento<sup>2</sup> Marapicu, localizado na Baixada Fluminense, denominação de um conjunto de municípios<sup>3</sup> que integram a Região Metropolitana do Rio Janeiro. O assentamento que surge nos anos de 1980, está localizado no município de Nova Iguaçu, situado na região administrativa de Cabuçu, sendo fruto das ocupações Campo Alegre. No entanto, o que observamos em Marapicu é a sobreposição do perímetro urbano da cidade de Nova Iguaçu sobre seu território, nos anos de 1990, os governos municipais deste período não reconhecendo os territórios rurais, no entanto, o atual governo municipal reconhece as ditas zonas rurais no novo plano diretor da cidade; com uma peculiaridade: a titulação das terras em Mapicu, será dada pela prefeitura, passando o assentamento, a ser municipal. Outra especificidade de Marapicu é sua proximidade com o Bairro Ipiranga, num fluxo intenso entre “Bairro” e

---

<sup>2</sup> Utilizamos a denominação (Pré) Assentamento pelo fato de não se ter iniciado o Plano de Desenvolvimento do Assentamento, mas já tendo o reconhecimento da titulação.

<sup>3</sup> A Baixada Fluminense é composta por 13 municípios (Duque de Caxias, Nova Iguaçu, São João de Meriti, Nilópolis, Mesquita, Queimados, Belfor Roxo, Japeri, Paracambi, Magé, Guapimirim, Seropédica e Itaguai.)

“Assentamento”, havendo casos em que alguns moradores do Assentamento tornaram-se moradores do “Bairro”.

Nossa abordagem fundamenta-se em trabalhos de campo e entrevistas com os assentados, com o objetivo de conhecer suas dificuldades e principalmente suas diferentes estratégias de resistência e luta pela terra, trabalhando num diálogo entre teoria e empiria.

Como base teórico-metodológica, fundamentamo-nos em Alentejano (2003 e 1998), a partir de suas projeções sobre a luta pela terra e a urbanização no estado do Rio de Janeiro e a realidade socioespacial do campo fluminense; em Oliveira (2007) buscamos a lógica da expansão do capitalismo no campo na escala nacional e fundamentalmente em Lefebvre (2008 e 1991), que constrói as projeções do espaço e a política e a percepção sobre o(s) direito(s) à cidade e a constituição da sociedade urbana; em Rua (2006) buscamos as análises das interações entre urbano e rural e a construção desse processo socioespacial com a perspectiva de Gonçalves (2002) sobre uma “Nova Questão Agrária” que apresenta a unificação e a luta dos Movimentos Sociais, tanto rurais quanto urbanos, e Moreira (2007) que analisa as configurações de poder entre urbano e rural dentro dos planos diretores, dando ênfase à importância da cidade nas definições sobre a questão rural.

Utilizamos como base fundamental de nossa análise o conceito de território, pois constitui um elemento de grande importância para nos auxiliar na construção de uma reflexão crítica da problemática elaborada, pelo fato de ser uma categoria que detém uma amplitude dentro das análises das ciências sociais e principalmente dentro da Geografia, sendo este um conceito central e tendo como essência fundamental as relações de poder, ou melhor, o espaço geográfico sob relações de poder, apoiando-nos em Souza (1995) e Haesbaert (2004).

Souza (1995) conceitua território como fundamentalmente “um espaço definido e delimitado por e a partir de relações de poder” (p.78), nos evidenciando que este conceito esteve por muito tempo preso à concepção do Estado, em que o território fica restrito a uma dimensão jurídico-administrativa, mas, este autor nos

traz a compreensão de que os territórios são construídos e desconstruídos nas diversas escalas de espaço-tempo.

Nesse sentido, Souza (1995) nos leva a perceber a flexibilidade do território na dinâmica do espaço-tempo, dentro do fluxo cotidiano, baseado nas diferentes formas de apropriação do espaço geográfico, de acordo com a mobilidade dos diferentes grupos. Outra análise que este autor realiza é sobre a relação entre território, desenvolvimento e autonomia, quando desenvolve a idéia de que:

uma sociedade autônoma é aquela que logra defender e gerir seu território, catalisar de uma identidade cultural ao mesmo tempo continente de recursos, cuja acessibilidade se dá, potencialmente, de maneira igual para todos. (SOUZA, 1995, p.106)

Construir uma visão autonomista sobre a lógica do conceito de território, a partir de uma abordagem material, quanto imaterial do espaço geográfico sob relações de poder, é o desafio na definição de uma proposta de desenvolvimento “socio-espacial”.

Por outro lado, Haesbaert (2004) como Souza (1995) também destaca ser o território demarcado através de sua apropriação por grupos sociais que estabelecem relações de poder naquele espaço impedindo o seu acesso, mas, ao mesmo tempo, constrói uma abordagem integradora, em que o território é visto como multidimensional, multiescalar, de bases materiais e imateriais (abarcando as dimensões políticas, econômicas, culturais e simbólicas). Haesbaert (2004, p.359) nos traz a concepção das multiterritorialidades, que detém um sentido “de uma consciência multi ou pluriescalar, com múltiplos espaços de referência identitária”, além de unir uma análise sobre o processo de (des)(re)territorialização, pelo fato de estarmos trabalhando com movimentos sociais que buscam a conquista de um território, no caso, a terra para trabalhar.

Desta forma, tentaremos desenvolver um diálogo entre teoria-empíria compreendendo que os movimentos sociais rurais, dentro das abordagens teóricas apresentadas, são produtos e produtores de uma diversidade socioespacial, tendo como base fundamental o território.

A Urbanização, a Política e a Luta Pela Terra: O Texto e o Contexto do (Pré) Assentamento Marapicu.

A questão agrária brasileira na atualidade é fruto de um processo histórico marcado pela concentração fundiária, de riquezas e pela expropriação do campesinato da terra, com as imposições dos insumos agrícolas da revolução verde intensificando a exploração da renda da terra.

No entanto, a questão agrária é uma problemática multiescalar e multidimensional integrando diversas problemáticas das escalas locais e globais explicitadas na diversidade do território brasileiro, constituindo, por conseguinte, múltiplas questões agrárias, de modo que a luta fundamental dos sem-terras é o acesso à terra e o direito de nela permanecer, sem deixar de questionar o modelo de desenvolvimento do campo brasileiro, fundado no latifúndio, na concentração de terras, na monocultura, e, principalmente, na mecanização do campo. Essas problemáticas são intensificadas diante da crença de que:

Haveria um Brasil urbano e um Brasil agrícola, em que o critério de distinção seria devido muito mais ao tipo de relações realizadas (...) não mais e tratando de um Brasil das cidades oposto a um Brasil Rural. (SANTOS, 2005, p.75)

Explicita-se, assim, uma das múltiplas conflitualidades do campo brasileiro em que:

Este momento vivido pelo desenvolvimento capitalista no Brasil é fundamental para o campo, pois as bases para sua industrialização estavam lançadas. E o que todos assistiram foi o capital atuando como rolo compressor, esmagando tudo no rumo da acumulação e de sua reprodução ampliada. É na lógica contraditória deste rumo que se deve entender os conflitos sociais e a luta pela terra no Brasil. (OLIVEIRA, 2007, p. 138)

Os autores citados acima, nos remetem a reflexões sobre os efeitos do processo da expansão capitalista no campo, em que Santos (2005) demonstra a nova divisão territorial do trabalho na perspectiva do crescimento urbano brasileiro; já Oliveira (2007) expressa os conflitos e lutas produzidas pelo processo

de modernização conservadora, a constituição de uma realidade desigual e contraditória.

Passando para a escala do campo fluminense, constatamos que a maior parte dos conflitos de terra “acontecem em antigas áreas agrícolas que estão sendo transformadas em áreas de especulação imobiliária, isto é, a luta pela reforma agrária acontece juntamente com o processo de urbanização do estado” (ALENTEJANO, 2003, p.86), principalmente nos anos de 1980, período em que os conflitos se acentuaram na Baixada Fluminense, onde está localizada nossa área de estudo, constituindo um exemplo desse processo de urbanização pretérita (SANTOS, 2005), na qual podemos observar os diferentes usos do solo e da metropolização. Desse modo, a problemática da luta pela terra no estado do Rio de Janeiro prende-se ao intenso processo de urbanização e metropolização do seu espaço rural.

Numa tentativa de solucionar os problemas específicos do estado fluminense, uma vez que havia sobrecarga e o INCRA<sup>4</sup> não estava conseguindo resolve-los, foi criado o ITERJ<sup>5</sup>, que passou a ser o responsável pela execução da política fundiária no estado, entretanto os “assentamentos precisam passar pelo reconhecimento do INCRA, que faz algumas exigências ao órgão estadual como, por exemplo, os assentamentos não tenham origem urbana” (SILVA DE OLIVEIRA, 2008, p.94), sendo uma ação política contraditória da realidade socioespacial do nosso estado.

O (Pré) Assentamento Marapicu é uma expressão desse contexto da realidade agrária brasileira e fluminense, em que o assentamento é produto do remanejamento de algumas famílias do assentamento Campo Alegre fundado na política de reforma agrária do Governo Brizola, nos anos de 1980. Campo Alegre foi a célula que permeou todo processo de territorialização da luta dentro da

---

<sup>4</sup> Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (INCRA) - Órgão ligado ao Ministério de Desenvolvimento Agrário.

<sup>5</sup> Instituto de Terras e Cartografia do estado do Rio de Janeiro (ITERJ).



Baixada Fluminense, dando origem a outros assentamentos nesta região, como os assentamentos Boa Esperança, Fazenda São Bernardino e outros mais.

Contudo, o (Pré) Assentamento Marapicu é um espaço marcado por condições precárias, constituído por 92 famílias dentro de uma localidade em que a luta pela terra ainda se faz presente na busca pela titulação – que pelos trâmites legais deveriam ter sido efetuados pelo INCRA ou pelo ITERJ, mas pelo encaminhamento do processo, a Prefeitura de Nova Iguaçu se propôs a dar a titulação das terras em parceria com o INCRA, que participa com a parte técnica, tornando o assentamento Marapicu um assentamento municipal, pois o governo municipal atual reconhece à problemática e recria as ditas zonas rurais do município dentro do plano diretor de 2007, diferentemente das outras gestões que consideravam o território do município de Nova Iguaçu totalmente urbanizado, como nos coloca Simões (2007, p.244):

a maior parte destes terras destina-se a funcionar como reserva de valor, aguardando uma transformação do uso do solo ou a passagem de rodovias que valorizem a áreas e tomem a sua venda rentável, até porque a legislação mais rigorosa tem inibido a formação de loteamentos populares nesta área, embora existam alguns de caráter clandestino e irregular. Com isso, a população rural local foi praticamente extinta, seja pela expulsão, seja pela sua conversão em trabalhadores urbanos e os poucos que resistem, em geral, praticam a pluriatividade.

Podemos notar que o (Pré) Assentamento Marapicu é uma expressão das contradições entre urbano e rural, pelo fato de ocorrer um choque entre os interesses entre o capital imobiliário, colocados pela prefeitura, e a existência de movimentos sociais rurais dentro do território municipal, nos quais as famílias buscam estratégias para continuar resistindo com suas particularidades e singularidades que marcam a questão agrária e as problemáticas da urbanização, dentro do contexto metropolitano. No entanto, Marapicu é um movimento social local, articulado com outros movimentos da escala do município de Nova Iguaçu, que interage diretamente com o Bairro Ipiranga, como veremos à frente.

No item à seguir nos dedicaremos as estratégias de luta e resistência das famílias de Marapicu, na busca pelo acesso à terra e principalmente ao(s) direito(s) à cidade.

As Interações e as Estratégias de Luta e Resistência do (Pré) Assentamento Marapicu.

Até o momento, enfatizamos o(s) contexto(s) multiescalar(es) e as multiterritorialidades em que as famílias de Marapicu estão inseridas, resistindo e lutando frente as problemáticas do campo e da cidade, pelo fato de que “todo movimento social é portador, em algum grau de uma nova ordem que, como tal, pressupõe novas posições, novas relações, sempre socialmente instituídas, entre lugares” (PORTO-GONÇALVES, 2006, p.20)

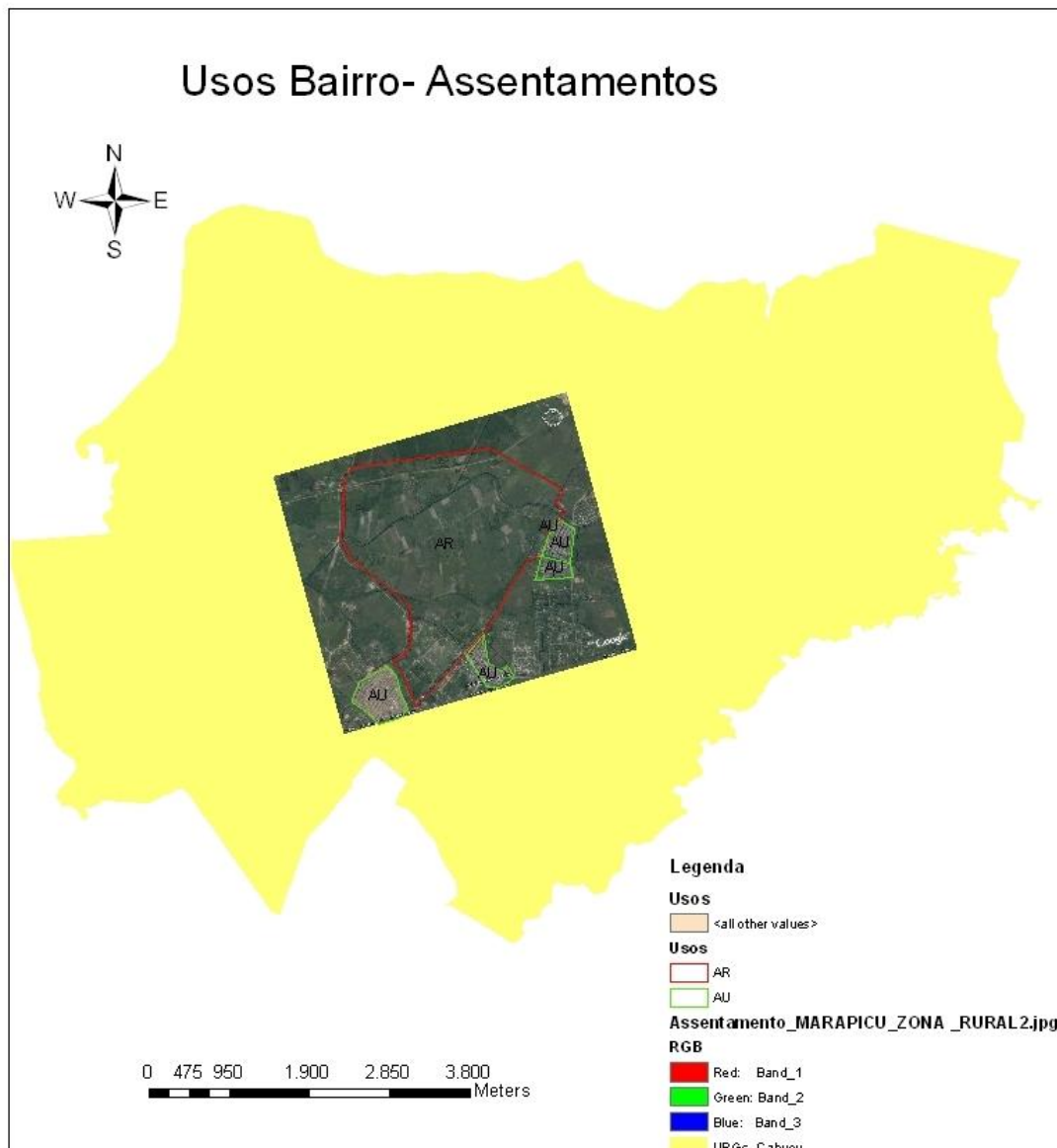
Desse modo, nossa análise está focada na percepção das estratégias de luta das famílias de Marapicu, tendo como base de análise o espaço geográfico como instrumental político fundamental, pois é “intencionalmente manipulado, mesmo se a intenção se dissimule sob as aparências coerentes da configuração espacial” (LEFEBVRE, 2008, p.44)

Sendo assim, percebemos que o assentamento para os trabalhadores sem-terra “é a (re)territorialização, uma vez que constituem um território conquistado, um território conquistado normalmente em área onde predomina a grande propriedade, demarcando claramente os limites entre assentados e latifundiários” (BUTH, 2006, p.161). Entretanto, o (Pré)Assentamento Marapicu demonstra o limite oposto, do perímetro urbano à zona rural, mas que integra a mesma lógica segregadora, pois enquanto debatemos as problemáticas do “Assentamento”, indiretamente estamos discutindo as problemáticas do “Bairro<sup>6</sup>” Ipiranga e os sub-Bairros ao seu redor. Devido à grande proximidade entre esses dois lugares, percebemos que o “Bairro” se torna outro fator na luta pela terra, pois é através dele que os assentados reivindicam suas demandas e é a partir dele que as

---

<sup>6</sup> Utilizamos o termo “Bairro” e “Assentamento”, entre aspas, para dar ênfase, pelo fato de ser a forma como a comunidade denomina cada um.

famílias assentadas acessam seu(s) direito(s) à cidade (saúde, educação, moradia), mesmo que de forma precária, além do “Bairro” se configurar como uma localidade fundamental para o escoamento da produção



FONTE: Produzido pelo autor no Laboratório de GIS PUC-Rio, ano 2009.

11

Tais interações são produtos de estratégias de resistência e luta na busca de melhores condições de vida e de acesso a terra. O movimento de Marapicu atua em nível local, suas escalas de ação estão diretamente ligadas às da cidade, já que a Prefeitura está viabilizando a titulação das terras e, principalmente, pelo fato de haver uma mistura entre o morador do Bairro e o trabalhador do (Pré)Assentamento. Neste caso, há um movimento de se morar na cidade e de se trabalhar no campo, estando os lugares sócias das famílias de Marapicu na escala do “Bairro”, como o caso da escolinha Agroecológica.

Contudo, o (Pré)Assentamento Marapicu constitui uma expressão do rural concebido pelo poder público (no caso, a prefeitura de Nova Iguaçu) como uma divisão político-administrativa que o caracteriza como uma representação do rural marcado pela resistência na luta pela terra em uma sociedade urbano-metropolitana. (foi considerado dentro do perímetro urbano e retorna para a denominação de rural). Logo, é preciso renascer um rural concebido pelas práticas dos sujeitos que o constroem e, paralelamente, a conquista da terra por aqueles que dela foram excluídos é uma representação de um rural construído pela luta.

Portanto, os territórios do “Bairro” e do “Assentamento” constituem, dentro de suas lógicas, as contradições entre cidade-campo e urbano-rural. Por outro lado, é preciso reconhecer que essas interações devem ser analisadas como um fator que integra as lutas entre os trabalhadores do campo e da cidade. Com isso, por mais que as lideranças do (Pré)Assentamento ratifiquem suas “ruralidades”, elas fazem parte de um ambiente de segregação e degradação socioespacial da periferia urbano/metropolitana.

#### COLHENDO ALGUMAS CONCLUSÕES

As contradições e interações entre urbano e rural, colocam a questão agrária intimamente entrelaçada com a questão urbana, sendo o (Pré)Assentamento Marapicu, nossa área de análise, uma dessas contradições

pois encontra-se em uma localidade que fora determinada como urbana pelo município de Nova Iguaçu a partir dos anos de 1990 como parte do processo de urbanização da cidade e da Baixada Fluminense, e sendo reconhecida a partir de 2007 pelo atual governo municipal como uma das zonas rurais que o constitui.

O (Pré) Assentamento Marapicu é uma das múltiplas formas de luta e de resistência pela terra nas lógicas interagentes das escalas nacionais e estaduais e principalmente nas escalas das regiões metropolitanas, pois nos revela a relação do padrão dominante entre urbano e rural e as diversas estratégias de luta pela terra.

As famílias de Marapicu constituem um movimento social local, que luta pela terra e pelo direito de nela continuar. Nesse sentido, o poder local nos é posto como um agente fundamental para auxiliar ou desarticular a luta dos movimentos sociais, tanto urbanos quanto rurais.

Desta forma, a cidade é o palco fundamental da luta, pois nela e a partir dela surgem as reivindicações e as articulações dos excluídos, ou melhor, os incluídos precariamente, os segregados da cidade, e os expulsos do campo, como nos coloca Oliveira (2007, p.137):

a negação à expropriação não era mais exclusividade do retirante posseiro distante. Agora ela era pensada, articulada, executada a partir da cidade, com a presença dos retirantes a quem a cidade/sociedade insiste em negar o direito à cidadania. Direito agora construído e conquistado na luta pela recaptura do espaço/tempo, perdidos na trajetória histórica da expropriação.

. Com isso, podemos compreender que a questão agrária está diretamente atrelada à questão urbana, pois a luta pela terra passa pela luta pelo(s) direito(s) à cidade, direito de estarem inseridos na cidadania, de participarem da vida urbana não de forma precária ou segregadora, ou simplesmente como consumidores, mas como cidadãos, tanto do espaço urbano quanto do espaço rural em uma interação socioespacial marcada pela luta.

Portanto, as estratégias das famílias de Marapicu é uma das múltiplas formas de luta e resistência pela terra, nas diversas dimensionalidades e escalas

em que estão inseridas as interações e contradições entre urbano e rural, numa luta que integra a reforma agrária à reforma urbana, dentro da realidade de um Brasil cada vez mais metropolitano, onde o trabalhador do campo, em muitas das vezes, já é um morador da cidade.

#### REFERÊNCIAS:

**ALENTEJANO, Paulo Roberto Raposo.** Reforma Agrária e Pluriatividade no Rio de Janeiro: Repensando a dicotomia rural-urbano nos assentamentos rurais. **Mestrado Ciências em Desenvolvimento, Agricultura e Sociedade - UFRRJ-CPDA - Rio de Janeiro, 1997. 199p.**

\_\_\_\_\_. Reforma Agrária, Território e Desenvolvimento no Rio de Janeiro. **Doutorado Desenvolvimento, Agricultura e Sociedade. UFRRJ-CPDA, Rio de Janeiro, 2003. 376 p**

.

**BUTH, F.** A Reconstrução do Território a Partir de Assentamentos Rurais: o caso do assentamento Ramada – RS. **Campo-Território: Revista de Geografia Agrária, v. 1, n. 2, p. 152-172, ago. 2006**

**HAESBAERT, R.** .O Mito da Desterritorialização: do "fim dos territórios" à multiterritorialidade. **1. ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2004. v. 1. 400 p**

**LEFEBVRE, Henri.** A Revolução Urbana. **Belo Horizonte: UFMG, 1999a. 178 p.**

\_\_\_\_\_.Espaço e Política.-**Belo Horizonte 1 ed. Editora UFMG, 2008.**

\_\_\_\_\_ O Direito à Cidade. São Paulo: Moraes, 1991. 145 p.

**MOREIRA, R. J. .Terra, Poder e Território. 1. ed. São Paulo: Expressão Popular, 2007. v. 1. 360p.**

**OLIVEIRA, A. U. . Modo Capitalista de Produção, Agricultura e Reforma Agrária. 1ª. ed. São Paulo: FFLCU/LABUR EDIÇÕES, 2007. v. 1. 184p.**

\_\_\_\_\_(Org.) ; **MARQUES, M. I. M. (Org.). O Campo no início do Século XXI: território devida, de luta e de construção da justiça social. 1ª. ed. São Paulo: Paz e Terra/Casa Amarela, 2004. 372 p.**

**OLIVEIRA, D. B. S. Análise da política de assentamentos rurais no estado do Rio de Janeiro a partir da gestãodas diferentes esferas governamentais. Dissertação em Geografia,UERJ, ano 2008, 230p.**

**PORTO-GONÇALVES, Carlos Walter. Os (des)caminhos do meio ambiente.10ed.- São Paulo: Contexto, 2002. 148p.**

\_\_\_\_\_A Geograficidade do Social: uma contribuição para o debate metodológico sobre estudos de conflito e movimentos sociais na América Latina. **Revista Eletrônica Associação de Geógrafos Brasileiros- Seção Três Lagoas.Três lagoas- MS, v.1, p.5-26 ,nº3, ano 3. Maio de 2006.**

\_\_\_\_\_.A Nova Questão Agrária e a reinvenção do campesinato: O caso do MST. **Observatório social de America Latina, Bueno Aires, v.16, p.23-34, 2005.**

**RUA, J.** Urbanidades no Rural: o devir de novas territorialidades. **Campo Território Revista de Geografia Agrária, Uberlândia, v. 1, n. 1**

**SANTOS, M.** Metamorfoses do espaço habitado, fundamentos Teórico e metodológico da geografia. **1 ed. São Paulo: Hucitec. 1988.**

\_\_\_\_\_, A Urbanização Brasileira- **5 .ed.- São Paulo: Edusp, ano 2005,174p.**

**SIMÕES, M. R..** A cidade estilhaçada: reestruturação econômica e emancipações municipais na Baixada Fluminense. **1. ed. Mesquita: Editora Entorno, 2007. 300 p.**

**.SOUZA, M. L. de.** O território: sobre espaço, poder, autonomia e desenvolvimento. In: **Castro et al. (orgs.) Geografia: Conceitos e Temas. Rio de Janeiro. 8. ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2006.**